

# Superior Tribunal de Justiça

**AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 718.273 - PR  
(2015/0125046-2)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE : TRIX ENGENHARIA CIVIL LTDA**  
**ADVOGADO : BERNARDO DUARTE ALMEIDA FONSECA E OUTRO(S) -  
PR031139**  
**AGRAVADO : COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ SANEPAR**  
**ADVOGADOS : PAULO ROBERTO VASCONCELOS FILHO E OUTRO(S) -  
PR027329**  
**ANDREI DE OLIVEIRA RECH - PR029954**

## DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por **Trix Engenharia Civil Ltda.**, desafiando decisão que conheceu, em parte, do agravo em recurso especial e, nessa extensão, negou-lhe provimento, sob os fundamentos de que: (I) o juízo de admissibilidade do recurso especial exercido pelo Tribunal *a quo* não usurpa a competência do Superior Tribunal de Justiça; (II) aplica-se a Súmula 182/STJ, de forma parcial, pois não foi impugnado um dos motivos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao recurso especial, qual seja, a incidência da Súmula 282/STF; (III) incide a Súmula 283/STF, tendo em vista que o recurso especial não impugnou fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido, concernente à circunstância de que os aditivos contratuais foram firmados por iniciativa da agravante; e (IV) o acolhimento da pretensão recursal esbarra nas Súmulas 5 e 7, ambas do STJ, por demandar o reexame de matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais.

Inconformada, a parte agravante, em suas razões, sustenta que: (I) o juízo de admissibilidade não atende à Súmula 123/STJ; (II) deve ser afastada a Súmula 182/STJ, pois o agravo em recurso especial abordou o tema do prequestionamento; (III) o recurso especial impugnou o tema referente à bilateralidade dos aditivos contratuais, razão pela qual não se aplica a Súmula 283/STF; e (IV) não há pretensão de reexame de fatos e de provas.

Requer a reconsideração do *decisum*, ou a submissão do feito ao julgamento colegiado.

A parte agravada apresentou impugnação (fls. 4123/4127), na qual solicita

# *Superior Tribunal de Justiça*

o não provimento do agravo regimental.

## **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Melhor compulsando os autos e exercendo o juízo de retratação facultado pelo arts. 1.021, § 2º, do CPC/15 e 259, § 3º, do RISTJ, reconsidero a decisão agravada de fls. 4101/4104, tornando-a sem efeito.

Publique-se.

Após o transcurso do prazo recursal, retornem os autos conclusos para nova apreciação do agravo em recurso especial.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
Relator

